

CRÔNICAS E CONTROVÉRSIAS

SOBRE A ORIGEM DAS FORMAS GRAMATICAIS E SOBRE SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DAS IDÉIAS¹

Wilhelm von Humboldt (1767 – 1835)

AO TENTAR descrever aqui a origem das formas gramaticais e sua influência no desenvolvimento das idéias, não pretendo realizar uma revisão pormenorizada de suas diferentes classes. Ao contrário, limitar-me-ei a considerá-las sob sua idéia geral, com a finalidade de dar resposta a este duplo questionamento:

1° Como nasce em uma língua o modo particular de representação das relações gramaticais que merece o nome de *forma*?

2° Que importância tem, para o pensamento e para o desenvolvimento das idéias, o fato de que essas relações venham representadas por verdadeiras formas ou por outros meios?

Tratar-se-á, pois, da formação progressiva da gramática; e, consideradas sob esse ponto de vista, as diversidades das línguas se nos apresentarão como diferentes graus desse progresso.

Dever-se-á evitar, no entanto, imaginar um tipo universal de progresso contínuo na formação das línguas e pretender julgar a partir do mesmo todos os fenômenos particulares. Nas línguas, a ação do tempo faz-se sempre associada à ação do *gênio** nacional; e aquilo que caracteriza os idiomas das hordas selvagens da América e do norte da Ásia não tem que ter pertencido necessariamente às origens primitivas da Índia e da Grécia. Tanto no caso de todas as línguas terem pertencido a uma única nação, quanto no de terem sucessivamente passado de umas às outras, é impossível atribuir ao seu desenvolvimento uma via perfeitamente uniforme, uma via que lhes tivesse sido fixada e prescrita pela natureza.

Por outro lado, é correta a afirmação de que a linguagem, considerada em sua maior extensão, alcançou, de modo compensador, um certo ponto culminante na humanidade; e, questionando com que grau de perfeição o homem realizou, até o presente, o ideal de linguagem, conseguimos um ponto de apoio fixo, sólido, que pode servir também para determinar e

assegurar outros novos pontos. Pode-se reconhecer, portanto, e com sinais inequívocos, um desenvolvimento progressivo da faculdade de linguagem. E é nesse sentido que se tem razão e se tem direito de distinguir diferenças de gradação entre as línguas.

Como aqui apenas temos que tratar da idéia geral das relações gramaticais e de seu modo de expressão através da linguagem, nos ocuparemos unicamente da análise das primeiras condições necessárias para o desenvolvimento das idéias e da determinação dos graus inferiores da perfeição das línguas.

À primeira vista, poderá parecer estranho pôr em dúvida que qualquer língua, até a mais imperfeita e menos cultivada, possua formas gramaticais no sentido exato e real da palavra. Com efeito, não é a presença de um sistema mais ou menos completo dessas formas, sua conveniência, sua claridade, sua brevidade, o que permite, unicamente, reconhecer diferenças entre as línguas? Por outro lado (e a ninguém lhe passará por alto fazer essa observação), as línguas dos selvagens, sobretudo as da América, não apresentam sistemas particularmente ricos, metódicos, engenhosos, de formas gramaticais? Tudo até aqui é perfeitamente certo; só fica por saber se essas formas devem ser consideradas na realidade como *formas*; e isso depende da idéia que concedemos a essa palavra. Para aclarar esse ponto, teremos que livrar o caminho de dois mal-entendidos que poderiam entorpecê-lo com grande facilidade.

Quando se fala dos méritos e dos defeitos de uma língua, não se deve tomar como medida de seu valor o que um espírito que não tivesse sido formado exclusivamente nela seria capaz de expressar através dessa língua. Apesar de sua poderosa e vivaz influência sobre a inteligência, qualquer língua é ao mesmo tempo um instrumento inanimado e passivo; toda língua é acompanhada de uma disposição virtual que se presta aos usos não somente mais justos, como também os mais delicados e mais perfeitos. Assim alguém que deva a outras línguas o grau de cultura que tem alcançado, estudando, à continuação dessas, outra língua menos perfeita, pode chegar a produzir com ela, até dominá-la, efeitos estranhos à natureza própria dessa língua, na medida em que introduz um sentido, um espírito, completamente diversos daqueles que costuma introduzir a nação que vive submetida à sua única influência. Por um lado, a língua é arrastada para fora do âmbito em que sua natureza a contém e, por outro, como toda compreensão supõe a colaboração do objeto e do sujeito, ela recebe em seu seio um elemento novo. E dessa maneira percebe o que em si mesma e por si mesma seria incapaz de expressar.

Assim, pois, no caso de considerar simplesmente o que é possível de se expressar em uma dada língua, não seria surpreendente chegar a esse

resultado, ou seja, a declarar todas as línguas, no que têm de essencial, quase iguais em méritos e defeitos. As relações gramaticais em particular dependem totalmente da intenção que se deposita nelas. Mais que depender das palavras em si mesmas, essas relações são introduzidas pelo pensamento daquele que escuta e daquele que fala. Como independentemente de sua representação não se pode conceber nenhuma possibilidade, seja de falar, seja de compreender, é preciso pensar que cada língua, por mais tosca que seja, possui algum meio para representá-las; e por mais insuficientes, estranhos, ou pouco elaborados que sejam esses signos, a inteligência já formada por outras línguas mais perfeitas conseguirá sempre utilizá-los com êxito, e será capaz de expressar suficientemente, através da nova língua, todas as possíveis relações das idéias. É muito mais fácil conceber a existência da gramática em uma língua, do que a existência de um grande desenvolvimento ou de uma enorme variedade de matizes no sentido das palavras: e por isso não nos deve espantar encontrar no estudo das línguas mais elementares e menos cultivadas os nomes de todas as formas que acharíamos também nas mais perfeitas. Sim, todas as formas estariam indicadas porque a linguagem no homem se encontra sempre íntegra e jamais fragmentada. E é por isso que comumente se ignora a delicada distinção da qual nos ocupamos agora e é por isso também que ninguém se pergunta se esses modos de representação das relações gramaticais constituem formas reais e se, como tais, exercem uma função sobre o desenvolvimento das idéias de uma nação.

O centro do problema reside, pois, neste ponto. O que decide os méritos ou os defeitos de uma dada língua não é o que se pode expressar através dela, mas o que essa língua, por sua própria e íntima força, pode operar e provocar. A medida de seu valor é a claridade, a precisão, a vivacidade das idéias que desperta na nação à qual pertence, cujo *gênio* a tem modelado, e sobre o qual, por sua vez, tem produzido reações de modo a modelá-lo. Mas quando se deixa de lado essa influência da linguagem sobre o desenvolvimento das idéias e a excitação dos sentimentos, quando somente se quer estimar os resultados que essa é capaz de dar e os serviços que pode render como simples instrumento, desemboca-se em um terreno que não admite nenhuma delimitação: já que seria impossível ter por antecedência uma idéia precisa do espírito a quem a linguagem deve servir de instrumento; e já que toda ação exercida pela palavra é sempre um produto comum do espírito e da língua. Cada língua deve ser tomada no sentido que lhe tem conferido o *gênio* da nação que a tem formado e não em um sentido que lhe seja estranho e acidental.

No caso de uma língua não possuir nenhuma forma gramatical verda-

deira, se ela possuir sempre outros meios para representar as relações gramaticais, haverá não somente a possibilidade do discurso, materialmente falando, mas também a possibilidade de que todas as classes do discurso possam se naturalizar e cultivar-se numa língua semelhante. Porém, esse último fato se deve somente à ação de uma força exterior que utiliza uma língua imperfeita no sentido de uma mais perfeita.

Desse modo, supondo que com os signos de quase todas as línguas é possível indicar todas as relações gramaticais, o que se conclui não é que todas as línguas possuam formas gramaticais, no sentido que lhes conferem as línguas que já alcançaram um alto nível de cultura. A distinção, algo sutil, mas acessível, reside na diferença entre a matéria e a forma. É o que nos permitirá seguir com maior clareza a continuação desse estudo. Bastava, em umas linhas mais acima, distinguir o que uma força tomada arbitrariamente é capaz de produzir por meio de uma língua, da ação que a própria língua pode exercer, mediante uma influência contínua e habitual, sobre as idéias e seu desenvolvimento. E, assim, descartaríamos o primeiro mal-entendido que se poderia apresentar.

O segundo poderia nascer da confusão que se estabeleceria entre uma e outra forma. Com efeito, como, para estudar uma língua desconhecida, adota-se, habitualmente, o ponto de vista de outra língua conhecida, seja a língua materna, seja o latim, tende-se a buscar de que forma as relações gramaticais estabelecidas por essa são expressas pela outra; logo, aplica-se às flexões ou às combinações de palavras da língua estrangeira o mesmo nome da forma gramatical que, na língua já conhecida ou nas regras gerais da linguagem, serve para expressar a mesma relação. E acontece com muita frequência que aquelas formas não existem na nova língua, salvo quando são substituídas por outras ou expressas por circunlocuções. Para evitar esse erro, é preciso estudar cada língua separadamente, em seu próprio caráter e, mediante uma análise exata de todas as suas partes, esforçar-se em reconhecer que forma especial possui, segundo sua constituição, para representar cada uma das relações gramaticais.

As línguas americanas proporcionam freqüentes exemplos de erros desse tipo. A primeira medida que deve ser tomada, quando se estuda com métodos espanhóis ou portugueses, é descartar todas as falsas perspectivas dessa classe e considerar a estrutura original dessas línguas em toda a sua pureza.

Alguns exemplos ajudariam a clarear estas idéias. Na língua do Caribe, apresenta-se a palavra *aveiridaco* como a 2ª pessoa do singular do imperfeito do subjuntivo - *fosse*. Porém, aprofundando um pouco mais a análise, encontramos com: *veiri*, ser; *a*, pronome da 2ª pessoa do singular que se une também a substantivos; e *daco*, partícula que indica o tempo. Também é possível, ainda que não haja esse sentido indicado nos dicionários

rios, que *daco* designe uma parte determinada do tempo, já que *oruacono daco* significa *ao terceiro dia*. A tradução literal dessa expressão seria, então, *no dia de você ser*; e, através dessa circunlocução, vem expressa a idéia condicional que contém o subjuntivo. O que aqui chamamos de subjuntivo verbal é, pois, um substantivo verbal unido a uma preposição, ou, para escolher um termo que lembra mais a forma verbal, um ablativo do infinitivo, o gerúndio latino em *do*. Em muitas línguas americanas não há outra forma para indicar o subjuntivo.

A língua *lule* apresenta um particípio passado; por exemplo: *a-le-ti-pan*, *feito de terra*. Porém, palavra por palavra, esse conjunto de sílabas significa: de terra eles fazem (3ª pessoa do plural do presente de *tic*, *eu faço*).

A idéia do infinitivo como era conhecido entre os gregos e os latinos só pode ser atribuída à maioria das línguas americanas, para não dizer a todas, por uma confusão do mesmo tipo de formas diversas. O infinitivo da língua brasileira** é um verdadeiro substantivo: *iuca* quer dizer *matar* e *assassinato*; *caru*, *comer* e *manjares*. *Eu quero comer* se diz *che caru ai-pota*; palavra por palavra: *minha comida eu quero*, ou também, com o acusativo incorporado ao verbo *ai caru pota*. Essa combinação de palavras somente mantém a natureza verbal no sentido de que pode reger outros substantivos no acusativo. Em mexicano, existe a mesma incorporação do infinitivo, tomado como acusativo, ao verbo que o rege. Unicamente o infinitivo pode ser substituído pelo futuro, posto na pessoa de quem se fala: *ni-tlaçotlaz-nequia*, *eu queria amar*, palavra por palavra, *eu*, *eu amarei*, *queria*; *Ninequia* significa *eu queria*; traz incorporada a 1ª pessoa do singular do futuro, *tlaçotlaz*, *eu amarei*, e desse modo toda a frase se reduz a uma só palavra. O futuro também pode seguir ao verbo que o rege e permanecer como uma palavra à parte; nesse caso, como acontece sobretudo em mexicano, vem anunciado no corpo do verbo, através de um pronome intercalado *c*: *ni-c nequia tlaçotlaz*, *eu isso queria*, a saber, *eu amarei*. Essa possibilidade de dupla posição com relação ao verbo pertence também aos substantivos. Assim, pois, a língua mexicana une, no infinitivo, a idéia do futuro à do substantivo, indicando uma pela flexão e a outra pela construção. Na língua *lule* os dois verbos, um dos quais rege o outro no infinitivo, seguem um na continuação do outro, como dois verbos intransitivos (que possuem seu sentido completo por si só). Assim *caic-tucuec*, *tenho o costume de comer*; mas literalmente: *eu como*, *eu tenho o costume*. Inclusive na velha língua da Índia, como demonstrou muito genialmente o professor Bopp, o infinitivo é somente um nome verbal no acusativo, idêntico em sua forma ao supino latino². Seu emprego não é tão livre como o do infinitivo grego ou latino que se afastam muito menos da natureza do verbo. Tampouco há a forma passiva;

quando é necessária, o verbo que rege o infinitivo a toma no lugar do próprio infinitivo. Diz-se, pois: *él es podido comer*, em vez de *él puede ser comido*.

Desses exemplos resulta que, em todas essas línguas, no lugar de apresentar-se o infinitivo como uma forma particular, dever-se-iam apresentar os meios a que se recorre para substituí-lo, com seu verdadeiro caráter; e fazer observar, ao mesmo tempo, a que facetas do infinitivo corresponde cada um deles sem que nenhum consiga representá-las todas e totalmente.

Assim sendo, se os casos em que os signos de uma relação gramatical não correspondem exatamente à idéia da verdadeira forma gramatical são freqüentes em uma língua e formam, por assim dizer, seu traço característico e distintivo, uma língua semelhante, ainda que esteja em condições de expressar inteiramente esses signos, encontra-se longe de se prestar ao desenvolvimento das idéias. Esse desenvolvimento somente começa a apresentar algum progresso quando o homem, ao ultrapassar o limite material e concreto do discurso, deixa de permanecer indiferente à sua forma: e isso apenas pode ser alcançado através da ação ou da reação da própria língua sobre o espírito.

As palavras e suas relações gramaticais são duas coisas completa e essencialmente distintas. Na linguagem, as palavras são algo assim como objetos reais, as relações gramaticais apenas servem como nexos; entretanto, o discurso apenas é possível com a concorrência de ambas. As relações gramaticais, ainda que nem sempre coloquem na língua signos especiais que lhe sejam próprios, podem ser introduzidas nela pelo pensamento dos falantes. E a estrutura da língua pode ser de natureza tal que possa evitar com esse sistema, ao menos em grande parte, a incerteza e a confusão. Nesse caso, contanto que as relações gramaticais tenham um certo modo de expressão próprio, pode-se dizer que a língua coloca, na prática, uma gramática sem formas gramaticais propriamente ditas. Quando uma língua, por exemplo, forma os casos através de preposições unidas à palavra que permanece sempre invariável, não se trata de uma forma gramatical, mas somente da aproximação de duas palavras às quais o espírito vincula a idéia da relação gramatical: *e-tíboa*, na língua *mbaya*, não quer dizer, como normalmente se traduz, *per me*, mas *ego per*. O nexo somente existe no espírito que o concebe, mas não como signo na língua. *L-emani*, na mesma língua, não é a bem dizer da verdade *ele deseja*, mas *ele e desejo-ou-desejar* unidos sem nenhuma das características próprias do verbo; expressão que teria um equivalente muito mais exato em *seu desejo*, já que o prefixo *l* é precisamente um pronome possessivo. Também aqui é somente o pensamento que introduz a idéia de verbo. E, contudo, as duas formas bastam para expressar, com comodidade, uma o *caso do nome* e a outra a *pessoa do verbo*.

Porém, para que o desenvolvimento das idéias seja levado a cabo com precisão, para que seja ao mesmo tempo rápido e fecundo, é preciso liberar o espírito da necessidade de substituir, através de um ato do pensamento, a expressão ausente dessa relação, e conseguir que essa relação tenha na língua um verdadeiro signo que a represente da mesma maneira que aos próprios objetos. A fiel reprodução dos procedimentos do espírito através dos sons: essa seria a única finalidade de todas as tendências gramaticais das línguas. Entretanto, não se pode considerar como signos gramaticais as palavras que já designam objetos, pois nesse caso nos encontraríamos diante de palavras ilhadas que, por sua vez, requereriam novos nexos.

Assim sendo, se deixamos de lado, no que diz respeito à verdadeira representação das relações gramaticais, esses dois procedimentos - reunião de palavras às quais o espírito concede a idéia de relação e termos representativos de objetos - o único meio possível para expressar essas relações é a modificação das palavras que representam objetos; e esse é, efetivamente, o único e verdadeiro tipo de forma gramatical. Ficam por acrescentar as palavras gramaticais, *isso* é, as que não designam nenhum objeto em geral, mas somente uma relação gramatical e determinada.

O desenvolvimento das idéias somente pode adquirir verdadeira expansão, então, quando o espírito encontra prazer na simples produção do pensamento; e esse prazer depende sempre do interesse, do valor concedido à forma pura desse pensamento. Esse interesse, pela forma em si, não pode ser despertado por uma língua que não esteja acostumada a representar a forma como forma; e, por outro lado, quando esse interesse surgir naturalmente no espírito, não poderá se acoplar a uma língua semelhante. É dessa forma que, ali onde despertar, deverá transformar a língua; e ali onde a língua, por outras vias, tenha se enriquecido com essas formas, sentir-se-á imediatamente excitada por sua presença.

Nos idiomas que não tenham alcançado esse estado, acontece freqüentemente que o pensamento vacile entre diversas formas gramaticais e, sem se deter em nenhuma, acabe por se contentar com o resultado concreto. No brasileiro, *tuba* é tanto uma expressão substantiva que significa *seu pai*, como uma expressão verbal que significa *há um pai*; Mas ainda a mesma palavra se emprega para designar *pai* em geral, ainda que a idéia de pai seja sempre uma idéia relativa. Do mesmo modo, *xe-r-uba* é ao mesmo tempo *meu pai* e *tenho um pai*; e o mesmo ocorre com as demais pessoas. Nesse caso, a indecisão em relação à idéia gramatical vai ainda mais longe, e *tuba*, segundo outras analogias existentes na língua, pode significar também: *é pai*; do mesmo modo que a palavra *iaba*, formada de

maneira parecida, porém particular de um dialeto meridional, significa *é homem*. Aqui, a forma gramatical reduz-se à simples justaposição de um pronome e um substantivo, sendo a compreensão o que deverá introduzir o nexa na relação com o sentido requerido.

Evidentemente, o indígena concebe nessa expressão apenas as palavras *ele* e *pai* reunidas e o trabalho seria fazer com que seja compreendida nitidamente a diferença das expressões que aqui achamos confundidas. Por isso, a nação que utiliza essa língua pode, sob muitos aspectos, ser inteligente, hábil, cheia de sentido prático para coisas da vida; entretanto, o livre e puro desenvolvimento das idéias, o prazer pelo pensamento abstrato não poderiam surgir de uma língua semelhante. Ao contrário, sua constituição se encontraria na absoluta necessidade de sofrer violentas mudanças se acontecesse de outras causas produzirem na nação uma grande transformação intelectual.

Por conseguinte, nas traduções de frases assim compostas e pertencentes a línguas parecidas, não se pode perder nunca de vista que as nossas interpretações, ao menos no que se refere às formas gramaticais, são quase sempre falsas e nos apresentam um ponto de vista gramatical completamente distinto do que tinha o falante. Para evitar esse inconveniente, não se deveria colocar na tradução nenhuma forma gramatical a mais do que aquilo que a língua original contém; então, apresentam-se casos em que, sempre que possível, dever-se-ia abster de qualquer classe de forma. Por exemplo, na língua dos huastecas diz-se: *nanatanim-tahjal*, *eu sou tratado por ele*; o que traduzido exatamente quer dizer: *eu, ele me trata*. Observamos aqui uma forma verbal ativa, unida ao objeto passivo tomado como sujeito. Parece que esse povo teve o sentimento de uma forma passiva, mas que depois foi desviado devido, acabamos de ver, à natureza de sua língua, que somente conhece a forma ativa. Atente-se também que na língua huasteca não há forma para os casos. *Nana*, pronome da primeira pessoa do singular, significa tanto *eu*, como *de mim*, *para mim*, e *a mim*: a única indicação é a idéia de *eu*. Em *nin* e a sílaba *ta* que a precede encontramos, como única indicação gramatical, que o pronome da primeira pessoa do singular está regido pelo verbo³. Isso nos faz ver que o espírito dos indígenas mais que captar, nesse caso, a diferença entre a forma ativa e a forma passiva, tem se limitado a associar a idéia de *eu*, despojada de qualquer forma gramatical, à concepção de uma ação estranha exercida sobre *ele*.

Que imenso abismo separa uma língua semelhante da mais perfeita e mais cultivada conhecida por nós: a língua grega! Na estrutura desses períodos, regulados por uma arte maravilhosa, a disposição de umas formas gramaticais com relação a outras forma um conjunto completo e har-

monioso que aumenta a força das idéias e que, em si mesmo, satisfaz ao espírito pela beleza de sua disposição e de seu ritmo. Isso proporciona um encanto particular que acompanha o pensamento e lhe reveste, por assim dizer, com ligeireza; quase como em algumas obras da escultura antiga onde, independentemente da admirável disposição das próprias figuras, os contornos dos grupos que formam oferecem por si só linhas agradáveis à vista. Mas na língua, essa bela disposição não serve apenas para o passageiro prazer da imaginação. O pensamento ganha em penetração quando as relações gramaticais respondem exatamente às relações lógicas; e o espírito sentir-se-á atraído mais vivamente para o exercício do pensamento abstrato, do pensamento puro, quando a língua já lhe tenha acostumado a uma severa separação das formas gramaticais.

Apesar dessa enorme diferença que poderia separar duas línguas situadas em dois níveis tão diversos de desenvolvimento, é preciso que se diga que, inclusive entre aquelas nas quais se poderia reprovar com maior justiça sua carência de formas, muitas delas possuem outros meios que lhes permitem expressar uma grande abundância de idéias, designar uma grande variedade de relações entre essas idéias através da hábil e regular combinação de um pequeno número de elementos, em resumo, unir a brevidade à força. A diferença entre essas línguas e as mais perfeitas não consiste nisso: no caso de se tratar, unicamente, de se expressar o necessário, cuidadosamente manipuladas e trabalhadas, essas línguas podem chegar tão longe quanto as demais. Mas, ainda que, por esse lado, não lhes falte nada, por outro carecem de um ponto capital: a expressão da forma gramatical como tal e a reação poderosa e saudável que a dita expressão exerce sobre o pensamento.

Entretanto, se nos detivéssemos um momento aqui e nos lançássemos em uma retrospectiva às línguas mais cultivadas, poderia parecer que, com algumas ligeiras diferenças, as coisas transcorrem de maneira análoga e que se peca por injustiça de lhes dirigir as reprovações que acabaram de ser feitas.

Qualquer combinação ou qualquer reunião de palavras, dir-se-á, uma vez destinada à representação de uma relação gramatical determinada, pode passar por uma verdadeira forma gramatical; ao fim e ao cabo pouco importa que essa representação tenha lugar através de termos que já possuam uma significação em si mesmos e que designem um objeto real; pouco importa que a relação formal seja introduzida unicamente por uma operação do pensamento. De fato, é quase impossível que a verdadeira forma gramatical se apresente de outra maneira, e essas línguas que colocamos em um nível superior, essas línguas de organização mais inteligente, provenham também de uma origem imperfeita: dessas ficam, todavia, rastros visíveis.

É preciso confessar que essa objeção tem um peso considerável e que, para que o presente ensaio repouse sobre uma base sólida, deve ser cuidadosamente clareada. Para isso, o primeiro passo é reconhecer a parte de incontestável verdade que contém e determinar o que, apesar das opiniões que ataca, segue sendo justo e bem fundado.

Em uma língua, qualquer termo que constitua o signo característico de uma relação gramatical e sirva para designá-la, de tal maneira que se represente sempre igual nos mesmos casos, é uma forma gramatical.

Na maioria das línguas mais cultivadas, é fácil reconhecer, ainda hoje, a reunião de elementos que têm sido associados pelo mesmo procedimento que nas línguas mais toscas; e essa origem das formas gramaticais, inclusive das verdadeiras, através da adjunção de sílabas significativas (aglutinação), devia ser quase geral. Resulta claramente ao enumerar os meios que têm as línguas à sua disposição para representar essas formas - meios que se reduzem aos seguintes:

1. Adjunção ou inserção de sílabas significativas, que em outros tempos, ou ainda hoje, formaram palavras particulares;
2. Adjunção ou inserção de letras ou sílabas desprovidas de significação em si mesmas, com a única finalidade de indicar as relações gramaticais;
3. Troca de vogais através da passagem de uma a outra, ou mediante uma modificação da quantidade ou do acento;
4. Troca de consoantes no corpo da palavra;
5. Colocação das palavras que dependem umas das outras de acordo com leis invariáveis;
6. Repetição de sílabas.

A simples colocação das palavras só pode oferecer um pequeno número de combinações e, se se quer evitar qualquer tipo de ambigüidade, pode-se apenas designar um número reduzido de relações. É certo que na língua do México e em algumas da América esse procedimento é de uso corrente, devido ao fato de que o verbo recebe ou incorpora substantivos. Apesar disso, há limites muito restritos.

A adjunção e a inserção de elementos carentes de significação, as trocas de vogais e de consoantes seriam o meio mais natural e mais conveniente, se fosse o caso de que os idiomas se formassem por uma convenção real. Esse é o verdadeiro princípio da flexão, oposto ao da aglutinação; e também pode haver palavras especiais que respondam de igual modo à idéia de formas e à idéia de objetos. Vimos anteriormente que essas últimas não servem, em princípio, para representar as formas, já que uma forma assim constituída requer por sua vez uma nova forma que a vincule às demais. Porém, é difícil pensar que nunca tenha podido prevalecer, na origem de uma língua, um

modo parecido de representação das formas: porque pressuporia uma real concepção e uma distinção precisa das relações gramaticais. Dizer que é muito possível que tenham existido nações dotadas de um sentido muito nítido e muito preciso da linguagem não significa salvar a dificuldade, mas sim contorná-la. Representemo-nos naturalmente as coisas e nos daremos rapidamente conta da dificuldade que surge. Com relação às palavras que designam objetos, a idéia surge da percepção do objeto: o signo de alguma analogia fácil de extrair, a inteligência da ação de dar-se conta. Mas quando se trata da forma gramatical, tudo é muito diferente. Somente pode ser concebida, designada e entendida por sua idéia lógica ou por um sentimento confuso e obscuro que a acompanha. Ademais, a idéia mesma dessa forma só pode ser extraída de uma língua já existente e se carece também de analogias, suficientemente precisas, para designá-la e fazer inteligível essa designação. O sentimento pode muito bem ter produzido alguns meios de representação; como, por exemplo, as vogais largas e os ditongos e, por conseguinte, essa pausa, essa vibração mais prolongada da voz, que em grego e em alemão caracteriza o subjuntivo e o optativo. Porém, como a natureza lógica das relações gramaticais as põe muito pouco em relação com a imaginação e o sentimento, casos parecidos devem ter sido muito escassos. Apesar disso, ainda se pode encontrar alguns casos muito notáveis nas línguas americanas. Em mexicano, nas palavras que acabam em vogal ou naquelas que no plural rechaçam voluntariamente as consoantes finais, o plural é indicado pronunciando-se a vogal final com uma aspiração muito forte, particular dessa língua, que dá lugar a um descanso na pronúncia. Às vezes, acrescenta-se uma repetição de sílabas. *Ahuatl*, mulher; *Teotl*, Deus: plural, *ahua*, *teteo*. Certamente, é impossível se imaginar uma maneira mais sensível de se estabelecer a idéia de pluralidade mediante o som que se apresenta nessas palavras, nas quais a primeira sílaba se repete, a última perde a consoante final, que terminava de uma forma real e cortante, e a vogal final, que recebe uma entonação tão prolongada e marcada que parece perder-se no ar. No dialeto meridional da língua dos *guaraníes*, o sufixo do perfeito, *yma*, se pronuncia mais ou menos lentamente, segundo se fale de um passado mais ou menos remoto. Semelhante modo de representação está no limiar do campo da palavra e entra no da pantomima (da linguagem da ação).

Porém, se excetuarmos alguns poucos casos análogos aos que acabamos de citar, a própria experiência depõe contra o caráter primitivo da flexão nas línguas. Com efeito, quando alguém se propõe a analisar uma língua com alguma exatidão, a aglutinação, a adjunção de sílabas significativas aparece por toda parte; onde não se pode demonstrar positivamente sua existência, a analogia induz a admiti-lo e, ao menos, fica sempre a

dúvida de que tenha existido em outros tempos. Uma aglutinação manifesta pode passar facilmente por uma flexão; alguns exemplos tomados das línguas americanas mostrarão claramente esse aspecto. Na língua *mbaya*, *daladi* significa *tú arremessarás*; e *nilabuitete*, *ele tem fiado*; e o 'd' e o 'n' iniciais são as marcas do futuro e do perfeito. Essa modificação do verbo, através de um som único, parece merecer o nome de verdadeira flexão. E, entretanto, não é mais do que pura aglutinação. Porque as características desses dois tempos (futuro e perfeito) sob sua forma completa, que todavia é freqüente, são *quide* e *quine*; na aglutinação essas formas perdem o 'qui', e as sílabas 'de' e 'ne', diante de outras vogais, perdem sua vogal final. *Quide* significa *tarde no futuro*; de onde *co-quide* ('co', de *noco*, significa *dia*), significa *a noite*. *Quine* é uma partícula que significa *e também*. Quantas abreviações parecidas de palavras, em outros tempos significativas, não devem indubitavelmente sua origem às sílabas que em nossas línguas servem para a flexão! E que falso seria sustentar que supor a aglutinação, ali onde não se pode descobri-la, é fazer uma hipótese vã e infundada! A verdadeira flexão como forma primitiva é seguramente um fenômeno raro em todas as línguas. Entretanto, os casos duvidosos devem ser tratados com a maior circunspeção. Porque está demonstrado, segundo eu creio, pelo que temos dito anteriormente, que algumas vezes há flexão na origem e, por conseguinte, se pode achá-la, assim como a aglutinação, em formas em que é impossível reconhecê-la atualmente. Creio que é preciso, todavia, irmos mais longe; não podemos ignorar que o espírito pessoal de um povo, de uma raça, pode estar mais felizmente dotado que o de outros de qualidades necessárias para a formação da linguagem e da inteligência das formas abstratas do pensamento (duas coisas inseparavelmente unidas). Um povo semelhante, se pela primeira vez se encontra como todos os demais diante da aglutinação e da flexão, fará um uso mais freqüente e mais inteligente da segunda, saberá trocar com maior prontidão e com maior segurança a primeira pela segunda e descartará completamente a primeira com maior rapidez. Em outros casos, as circunstâncias exteriores, os empréstimos de uma a outra língua, podem dar à formação da linguagem um desenvolvimento mais rápido e potente; do mesmo modo que influências opostas podem ser a causa de uma língua que se arrasta por um longo tempo em um lastimável estado de imperfeição.

Todos os meios que acabamos de enumerar são meios naturais que encontram igualmente sua explicação na própria essência do homem, nas circunstâncias da vida das nações. Somente tenho desejado rebater a opinião que atribui a certos povos, desde sua origem, uma formação da linguagem operada exclusivamente pela flexão e por um desenvolvimen-

to interno, negando a outros qualquer formação dessa natureza. Essa divisão, demasiado sistemática, creio que se distancia das vias naturais do desenvolvimento das coisas humanas e inclusive, se me permitem referir-me às minhas próprias investigações, é refutada pela experiência, como demonstra um estudo atento de diversas línguas.

Além da aglutinação e da flexão, podemos somar um terceiro modo de formação mais freqüente que deve ser incluído na mesma classe da flexão, porque supõe um projeto interrompido: quando o uso concede a uma palavra a marca especial de uma forma gramatical determinada, sem que a dita palavra, seja por aglutinação, seja por flexão, tenha nada em si mesma que caracterize precisamente essa forma.

A repetição das sílabas baseia-se no sentimento confuso que certas relações gramaticais despertam. No caso de essa relação comportar repetição, reforço, extensão da idéia, a repetição da sílaba está justificada. Quando não há nenhum desses casos, como se observa por vezes em alguns idiomas da América e em todos os verbos da terceira conjugação da antiga língua da Índia, a origem dessa característica está em uma simples particularidade fonética. O mesmo pode se dizer da troca das vogais. Em nenhuma língua é tão freqüente, tão importante e tão regular como no sânscrito. Mas é raro constituir o signo característico das formas gramaticais. Encontra-se unido apenas a algumas dessas formas e, freqüentemente, a várias de uma só vez; por isso é preciso buscar em outra parte o signo característico de cada uma delas.

Desse modo, a adjunção de sílabas significativas torna-se a maneira mais importante e mais freqüente para se constituírem as formas gramaticais. Com relação a isso, as línguas toscas, assim como as cultivadas, vêm a ser o mesmo. Com efeito, seria um erro pensar que, nas primeiras, cada forma se decompõe primeiro em elementos distintos e reconhecíveis individualmente. Ao contrário, elas também possuem formas cujo único caráter distintivo consiste em sons simples, isolados, os quais, sem se pensar na aglutinação, poder-se-iam tomar facilmente por sons que indicassem a flexão. Em mexicano, o futuro é designado, segundo a diferença das palavras raízes, por várias dessas letras isoladas; o imperfeito por um 'ya' ou por um 'a' final. 'O' é o incremento do perfeito, como 'a' em sânscrito e ϵ em grego. Nada na língua pode indicar que esses sons sejam restos de velhas palavras; e, se em grego ou em latim, nós resistimos a considerar casos análogos como casos de aglutinação cuja origem no momento presente nos é desconhecido, é preciso reconhecer no caso do mexicano, com o mesmo direito, a existência da flexão. Na língua *tamanaca*, *tareccha* (esse verbo significa *levar*) é um presente; *tarecche* um perfeito; *tarecchi* um futuro. Se cito esses exemplos é somente para

demonstrar que a opinião que pretende assinalar a flexão como exclusiva de algumas línguas e a aglutinação exclusiva de outras não pode se sustentar de modo algum quando se faz um estudo das línguas particulares e se chega a um conhecimento mais aprofundado de sua estrutura.

Então, se somos obrigados a admitir a existência da aglutinação até nas línguas superiores, se inclusive em muitos casos a reconhecemos manifestadamente, é preciso reconhecer também a justeza dessa objeção de que, tanto nessas como nas demais, a idéia da verdadeira relação gramatical se introduz nas palavras somente mediante uma operação do pensamento. Em *amavit*, *ἔποιησας*, coincidem incontestavelmente os signos da palavra raíz, do pronome e do tempo, enquanto que a verdadeira idéia do verbo, que consiste na síntese do sujeito e do atributo, não se encontra representada por nenhum signo em particular e efetivamente deve ser introduzida pelo pensamento. Se, sem se pretender pronunciar um juízo absoluto sobre essas formas, responde-se que pode ser o caso de o verbo auxiliar ter chegado a se incorporar a algumas delas e indicar assim essa síntese, a resposta será insuficiente; porque o verbo auxiliar deve ser explicado em si mesmo e não é possível imaginar uma série de verbos auxiliares encaixados uns nos outros.

Porém, todas essas concessões não eliminam a diferença existente entre verdadeiras formas gramaticais, como *amavit*, e as combinações de palavras ou de sílabas que utilizam a maioria das línguas toscas para designar as relações gramaticais. Essa diferença consiste no fato de essas expressões da primeira espécie parecerem realmente arrojadas e fundidas em uma forma única; as da segunda, ao contrário, estão formadas por elementos simplesmente alinhados uns à continuação dos outros. No primeiro caso, a perfeita coligação do conjunto faz esquecer a significação de cada uma das partes; a sólida vinculação dessas partes sob uma pronúncia única modifica, ao mesmo tempo, sua pronúncia particular e, inclusive, freqüentemente, seu som. Desse modo, a unidade da forma acabada, da qual o gramático muitas vezes, em suas investigações, não consegue individualizar os elementos, se converte no signo de uma determinada relação gramatical. Concebe-se como unidade aquilo que jamais se encontra separado; considera-se como formando um corpo verdadeiro, um organismo fixo e vivente, o que seria impossível decompor para formar outras composições arbitrárias; finalmente, não se pode tomar como uma parte independente o que jamais se apresenta como tal na língua. Como se tem levado a cabo esse trabalho? Pouco importa de princípio o resultado obtido. O signo atual da relação, qualquer independência, qualquer significação própria que possa ter, tem-se transformado naquilo que deveria transformar-se mesmo, em uma simples modificação vinculada a uma idéia que

é sempre a mesma. A relação gramatical, que primitivamente só era introduzida nesses elementos significativos por um ato do pensamento, existe agora em realidade na língua, devida à reunião das partes em um todo fixo e homogêneo; o ouvido o ouve, o olho o vê.

O que não quer dizer que as línguas das quais se reprova não possuam formas gramaticais de uma natureza tão abstrata não tenham também muito pontos em comum com as que acabamos de descrever.

Seus elementos, ainda que colocados sem nenhum nexos em continuação com os outros, se confundem também muito freqüentemente em uma só palavra e se agrupam sob uma mesma pronúncia. Porém, de um lado, esse feito nem sempre se produz e, de outro, concorrem ao mesmo tempo diversas circunstâncias acessórias que acabam mais ou menos desnaturalizando o verdadeiro caráter da forma: os elementos que a constituem são suscetíveis de separação e de deslocamento; cada um deles conserva o som que lhe era próprio sem nenhuma supressão ou alteração; encontram-se em qualquer parte da língua com uma existência independente, ou podem servir para outros nexos gramaticais, por exemplo, como afixos pronominais com a função de pronomes possessivos, com os nomes, e com a função de pronomes pessoais, com os verbos. As palavras, entretanto, desprovidas de flexão, não trazem incorporadas, como sucederia à língua onde o espírito gramatical houvesse penetrado profundamente, as marcas distintivas das diversas partes da oração; devem adquirir o caráter mediante a adição de elementos gramaticais: a estrutura geral da língua é tal que as investigações nesse sentido se vêem imediata e naturalmente levadas a um trabalho de separação desses elementos, separação que se consegue sem demasiado esforço. Enfim, paralelamente à representação das relações gramaticais através de formas ou de combinações de palavras que se assemelham muito a elas, encontramos as mesmas relações indicadas também por uma simples justaposição de palavras, com o que se faz claro que somente o pensamento deve introduzir a idéia de nexos.

Assim sendo, dependendo se as circunstâncias que acabamos de enumerar encontram-se reunidas em uma língua ou unicamente se apresentam sob o estado de fatos isolados, essa língua será mais ou menos favorável ao desenvolvimento do pensamento abstrato e seu modo de representação das relações gramaticais se afastará mais ou menos do verdadeiro tipo de formas gramaticais. O decisivo nesse aspecto não são, efetivamente, os casos isolados e disseminados que possa oferecer a língua, mas sim o que a natureza de sua ação produz sobre o espírito. E isso depende da impressão geral e do caráter do conjunto. Os fenômenos particulares somente podem ser alegados, como temos feito antes,

para rechaçar asserções generalizadas com excessiva audácia. Mas jamais poderiam ocultar a desigualdade da escala que podem ocupar duas línguas de acordo com a totalidade de sua constituição.

Quanto mais se afasta uma língua de sua origem mais se ganha, desde que não variem as outras circunstâncias restantes, sob o aspecto da forma. O simples fato de um uso prolongado faz a fusão mais completa e a união mais poderosa entre os elementos das combinações de palavras; seus sons particulares desaparecem e sua antiga forma, sua forma independente, se faz menos reconhecível. Assim, me é impossível abandonar a convicção de que todas as línguas devem ter partido principalmente da aglutinação.

Enquanto os signos das relações gramaticais são considerados como compostos de elementos isolados, mais ou menos separáveis, pode-se dizer que é o falante quem produz as formas em cada momento do discurso, em lugar de utilizar formas já existentes. É, então, quando vemos aparecer uma maior variedade dessas formas. Isso porque o espírito humano tem uma natural disposição a aspirar ao completo em todas as ordens; e qualquer relação, por mais rara que se apresente, tende, com o mesmo direito e no mesmo sentido que todas as demais, a converter-se em forma gramatical. Contrariamente, quando a forma se estende em um sentido mais rigoroso, quando está fixada pelo uso e quando, a partir de então, o discurso habitual deixa de constituir uma criação de formas perpetuamente renovada, essa conversão só existe nas relações que devem ser expressas freqüentemente; já para o que se apresenta raramente, recorre-se a perífrases, ou bem se o designa através de palavras especiais, com existência própria. Esse processo pode ser explicado também por outras circunstâncias. Em primeiro lugar, o homem não cultivado gosta de conceber e representar as coisas sob todas as relações, seus aspectos particulares, não somente os necessários para a finalidade atual que se propõe. Em segundo lugar, certas nações têm o costume de incluir frases inteiras em classes de formas ou derivados; por exemplo, incluir no próprio seio do verbo o objeto que rege, sobretudo quando é um pronome. Esse é o motivo pelo qual as línguas que carecem essencialmente da verdadeira idéia da forma são as que possuem a mais assombrosa quantidade dessas presumidas formas, cuja totalidade compõe um sistema completo, submetido às leis de uma rigorosa analogia.

Se a superioridade das línguas dependesse da quantidade e da rigorosa regularidade das formas, da multiplicidade das expressões que servem para designar as mínimas particularidades, como na língua dos abípones, na qual o pronome da terceira pessoa é diferente segundo se conceba o homem como presente ou ausente, como em pé, sentado, deitado ou andando, seria preciso que situássemos muitos idiomas dos selvagens acima das línguas dos povos mais civilizados: e é o que sucede com bastante fre-

qüência, inclusive atualmente. Mas como, racionalmente, só se pode estimar o valor relativo das línguas segundo o modo com que se prestam ao desenvolvimento das idéias, o que se faz é entorpecê-lo e detê-lo: apenas se pode qualificar de estorvo para o espírito a obrigação de ter que receber um número tão enorme de palavras, uma multiplicidade de designações acessórias e particulares que não podem lhe ser úteis em todos os casos.

Até aqui, só falei das formas gramaticais; mas em todas as línguas existem palavras gramaticais às quais se pode aplicar quase tudo o que se refere às formas. Trata-se principalmente das preposições e das conjunções. Essas palavras representam relações gramaticais; sobre sua origem, são levantadas as mesmas dificuldades, por serem verdadeiros signos de relações das que enfrentamos com respeito à origem das formas. A única diferença é que nem todas podem ter extraídas idéias puras, como as formas puras, mas sim supõem e exigem noções experimentais como o espaço e o tempo. Por conseguinte, pode-se duvidar (mesmo que recentemente, todavia, Lumsden tenha sustentado vivamente essa opinião em sua gramática persa) que tenham existido conjunções e preposições desde o início no sentido exato da palavra. Segundo a teoria mais acertada de Horne Took, parece que todas têm extraído sua origem de termos concretos, que serviam para designar os objetos. Nesse caso, a ação que exerce a língua sobre sua própria gramática depende do grau em que, a partir de sua origem, essas partículas distanciam-se do seu caráter original ou permanecem próximas a ele. Não creio que acabamos de apontar um exemplo mais surpreendente do que o da língua mexicana com suas preposições. Colocadas três classes diferentes: primeiro, aquelas nas quais, por mais verossímil que possa parecer semelhante origem, não se pode, de modo algum, descobrir a forma de um substantivo, por exemplo, *c, en*; segundo, aquelas nas quais se encontra uma preposição associada a um elemento desconhecido; terceiro, aquelas, finalmente, que contêm manifestamente um substantivo unido a uma preposição; como por exemplo, *itic, en*, que, propriamente falando, é um composto de *ite, ventre*, e de *c, en; no ventre. Ilbuicatl itic* não significa, pois, como se tem traduzido, *no céu*, mas sim *no ventre do céu*, céu no genetivo. Os pronomes somente podem se unir às preposições das duas últimas espécies e jamais são os pronomes pessoais, mas sim os pronomes possessivos, o que denota a presença do substantivo oculto na preposição. *Notepotzco* traduz-se, é verdade, por *atrás de mim*, mas quer dizer propriamente, *detrás de minhas costas; de teputz, as costas*. Isso permite-nos observar em que proporção se tem perdido o sentido primitivo e captar ao mesmo tempo o trabalho exercido na formação da língua pelo espírito de um povo que, quando um substantivo como 'ventre' ou 'costas' deveria ser empregado no sentido de uma preposição,

o unia a uma preposição já existente, para não deixar as palavras sem nexos gramaticais. Do mesmo modo, formou-se *adinstar* em latim, e *immitten* em alemão. A língua mixteca, que nesse sentido alcançou uma forma gramatical menos perfeita, que expressa *adinte*, *detrás da casa*, precisamente por *chisi*, *sata buaki*, ou seja, *ventre*, *avesso*, *casa*.

A relação que se estabelece nas línguas entre as flexões e as palavras gramaticais é, por sua vez, fonte de novas diferenças entre elas. Observa-se, por exemplo, que tal língua expressa relações determinadas preferivelmente pelos casos e a outra, ao contrário, pelas preposições; que uma indica os tempos preferivelmente através da flexão e outra através dos verbos auxiliares. Quando esses verbos auxiliares designam simplesmente as relações das partes das frases entre si, não são mais que palavras gramaticais. O grego *τηχάνειν* tem deixado de ter qualquer significação real concreta conhecida. Em sânscrito, emprega-se no mesmo sentido, ainda que menos freqüente, *schtha* (*stare*). Baseando-nos nesse aspecto, é fácil estabelecer, segundo princípios gerais, a regra que servirá para estimar o valor das línguas. Quando as relações que é necessário designar transcorrem e participam simplesmente da natureza de uma relação mais elevada e mais geral, sem que essa venha a acrescentar alguma noção particular, essa relação se representará melhor pela flexão; caso contrário, preferir-se-ão as palavras gramaticais. Isso porque a flexão em si mesma, inteiramente privada de sentido, contém apenas a pura idéia da relação. Na palavra gramatical encontra-se, ademais, a noção acessória que se aplica à relação para determiná-la e que deverá sempre vir a ser acrescentada ali onde o pensamento puro não seja suficiente. Por esse motivo, o terceiro ou mesmo o sétimo caso da declinação sânscrita não constituem nenhuma vantagem que deva ser invejada: as relações que expressam não estão suficientemente determinadas de modo a se poder prescindir da ajuda de uma preposição para expressá-las e defini-las mais refinadamente. Existe ainda um terceiro grau que as línguas que possuem uma verdadeira cultura excluem sempre, a saber: quando uma palavra, considerada em toda a plenitude de seu sentido concreto, está marcada pelo signo da palavra gramatical, como vimos anteriormente com os exemplos das preposições.

Desse modo, mesmo se considerarmos as flexões como as palavras gramaticais, chegamos sempre ao mesmo resultado. Pode ocorrer que haja línguas que sejam capazes de expressar a maioria, talvez até mesmo a totalidade das relações gramaticais com clareza e precisão suficientes; pode ocorrer também que possuam uma enorme variedade de presumidas formas gramaticais e que, entretanto, complexa e detalhadamente, a carência de formas verdadeiras seja inerente à sua natureza.

Até aqui tenho me esforçado principalmente por distinguir as formas gramaticais dos símiles dessas formas, pois que as línguas tentam aproximar-se delas. Persuadido de que nada prejudica tão notadamente os estudos da língua quanto os raciocínios gerais que não se baseiam em nenhum conhecimento real, tenho tentado, na medida em que podia fazer sem exceder-me no desenvolvimento, apontar exemplos de apoio a todos os casos particulares apontados; tendo plena consciência de que o estudo completo de ao menos uma das línguas aqui consideradas é a única forma de infundir no espírito uma verdadeira convicção. Para chegar a um resultado definitivo, teríamos que abarcar, com uma ampla perspectiva e sem misturar os fatos, os dois termos da questão que nos ocupa.

Quando se estuda a origem e a influência da forma gramatical, tudo se reduz a um ponto capital que consiste em distinguir, claramente, entre a representação dos objetos e a das relações, entre a das coisas e a das formas.

A palavra, enquanto material concreto e consequência de uma necessidade real, tende, apenas, à representação das coisas; o pensamento, enquanto abstrato e ideal, tende sempre para a forma. Por conseguinte, uma força do pensamento superior imprime à língua um caráter de formalidade e, reciprocamente, um caráter dominante de formalidade na língua aumenta a potência da faculdade do pensar.

I. Origem das formas gramaticais

A princípio, a língua tem apenas signos para os objetos e deixa a preocupação, ao cuidado de quem ouve, de acrescentar, através do pensamento, as formas que servem de nexos ao discurso.

Mas procura facilitar essa operação do pensamento formando combinações de palavras e aplicando-as a expressões das relações e da forma das palavras que servem para designar os objetos e as coisas.

Assim produz-se, em primeiro grau, a representação gramatical, através de locuções, construções, frases.

Esses meios primordiais sujeitam-se a uma certa regularidade; a combinação das palavras faz-se constante; as próprias palavras vão perdendo pouco a pouco seu valor independente, a qualidade que possuíam de serem signos de objetos, seu som primitivo.

Assim produz-se, em um segundo grau, a representação gramatical através de combinações de palavras fixas e de termos, todavia indecisos, entre a designação dos objetos e a das formas.

As combinações das palavras ganham em unidade, as palavras repre-

sentativas da forma se juntam a ela e se convertem em afixos. O nexos não é muito sólido, porém os pontos de enlace são bem visíveis; o conjunto é um agregado e não uma unidade.

Assim produz-se, em um terceiro grau, a representação gramatical, através de símiles de formas.

Finalmente, surge a formalidade. A palavra é uma unidade modificada unicamente segundo as relações gramaticais, por uma troca de som que constitui a flexão; cada palavra pertence a uma parte de oração determinada, e coloca não somente uma unidade lexicológica, como também gramatical; as palavras destinadas à representação da forma deixam de ter qualquer significação acessória, que perturbe a inteligência; convertem-se em puros signos de relações.

Assim produz-se, em seu mais alto grau, a representação gramatical, através de verdadeiras formas, flexões, e palavras puramente gramaticais.

O caráter essencial da forma consiste em sua unidade e na forte predominância da palavra à qual pertence frente aos sons acessórios que lhe são acrescentados. Esse resultado é favorecido, sem dúvida, pelo gradual desaparecimento do sentido próprio dos elementos e pela supressão de alguns sons eliminados por um largo uso. Porém, não se poderia explicar completamente a origem da língua pela ação puramente mecânica das forças inanimadas e, nesse sentido, não se poderia perder nunca de vista a influência exercida pela potência e pelo caráter individual do pensamento.

A unidade da palavra deve-se à pronúncia. Assim sendo, a pronúncia é em si de uma natureza mais imaterial do que as próprias sílabas pronunciadas e se, com razão, chamam-na de alma do discurso, não é somente em função de que sua mera presença o faz inteligível, mas também porque é mais real e mais imediata do que qualquer outro elemento da linguagem, equivalente à vivaz emanação do sentimento que acompanha o discurso. Merece também esse nome quando, pela unidade que lhes concede, marca as palavras com o selo da forma gramatical: isso porque, assim como os metais que para se unirem e se fundirem rápido e intimamente precisam do calor de uma chama viva e poderosa; a fusão de novas formas, de igual modo, só é possível caso haja um ato energético de um pensamento poderoso que tenda a uma precisa determinação da forma. A própria ação do pensamento pode ser reconhecida também nos demais caracteres da forma; de maneira que é certo indiscutivelmente que, quaisquer que sejam os destinos de uma língua, jamais se alcançará uma excelente constituição gramatical se essa não tiver o feliz privilégio de ser falada, pelo menos uma vez, por uma nação de inteligência viva ou de pensamento profundo. Sem

isso, nada poderá retirar-lhe desse estado de semi-cultura, nessa mediocridade em que definha com formas penosamente agrupadas e que jamais concedem ao pensamento um vigoroso impulso.

II. Influência das formas gramaticais

O pensamento que se produz através da linguagem dirige-se a um termo exterior, como também a si mesmo; isso é, inclusive a um termo espiritual. Nessa dupla direção, são necessárias a claridade e a precisão das idéias e, na língua, isso depende em grande parte do modo de representação das formas gramaticais.

Quando essas somente são representadas por circunlocações e frases inteiras, por combinações de palavras não submetidas a regras fixas ou, inclusive, por símiles de formas, instauram-se a ambigüidade e a confusão.

Assim sendo, se a inteligência é perturbada e se, por conseguinte, não se alcança o objetivo externo da linguagem, o que ocorre na maioria dos casos é que a própria idéia permanece indeterminada e, nos casos em que tal idéia se presta a ser entendida de dois modos distintos, esses dois aspectos da idéia permanecerão confusos.

E se o pensamento não se dirige unicamente até uma ocupação externa, mas sim até uma verdadeira especulação interior, dessa condição primeira que consiste na claridade e precisão das idéias, nascerão por sua vez novas exigências que serão muito difíceis de satisfazer através do caminho imperfeito a que nós estamos nos referindo.

Isso porque todo pensamento aspira à unidade e ao absoluto. A totalidade das tendências da humanidade dirige-se ao mesmo fim: em última instância, o único objetivo que persegue a atividade humana é a lei, que pretende descobri-la através de investigações ou estabelecê-la com sólidas bases.

E a língua, para adaptar-se às necessidades do pensamento, deve, na medida do possível, reproduzir seu organismo em sua própria estrutura. Caso contrário, a língua, que se deve erigir como símbolo no todo, seria um símbolo infiel e imperfeito daquilo a que se encontra mais imediatamente unida. Enquanto, de um lado, a massa das palavras possui a medida da extensão do mundo que abarca, por outro lado, sua estrutura gramatical representa, por assim dizer, a idéia que se forma do organismo do pensamento.

A linguagem deve acompanhar o pensamento. Portanto, este, com sua ajuda, deve poder passar de um elemento a outro através de uma série contínua; deve encontrar na linguagem signos aptos para tudo aquilo que requer o trabalho de encadeamento das idéias. Sem o que se formarão lacunas nas quais, ao invés de a linguagem acompanhar o pensamento, o abandonará. Para terminar, ainda que o espírito tenda sempre e em todo

lugar à unidade e ao absoluto, só poderá desenvolver essas idéias pouco a pouco, extraindo de seu próprio fundo e com a ajuda de meios materiais. Entre os meios mais poderosos encontra-se a língua, que já por conta própria, por sua finalidade menos elevada e mais concreta, encontra-se necessitada de regras, de forma, de lei. Desse modo, à medida que o pensamento encontra realizadas essas características que ele, por sua parte, esforça-se em adquirir, sua união com a língua faz-se mais íntima.

Se consideramos as línguas sob o ponto de vista de todas as exigências que lhe são feitas, acabamos por reconhecer que não é possível satisfazer a todas ou, ao menos, satisfazê-las de maneira excelente, se não possuírem verdadeiras formas gramaticais e não somente símiles dessas formas; e isso faz a diferença apresentar-se em toda a sua importância.

A condição primeira e essencial que o espírito impõe à linguagem é a de separar precisamente a coisa da forma, o objeto da relação, não confundindo jamais ambas as coisas. Na medida em que acostumamos a língua a essas confusões ou em que lhe fazemos mais difícil a distinção, paralisamos ou desvirtuamos em maior grau sua atividade interna. E essa distinção realmente começa com a aparição das verdadeiras formas gramaticais, expressas pela flexão ou pelas palavras gramaticais, como vimos anteriormente ao apresentar o quadro dos diversos graus de representação dessas formas. Em qualquer língua que somente conheça símiles de formas, sempre resta uma pequena parte de matéria na designação das relações gramaticais, onde tudo deve ser forma.

Quando a obra de fusão da forma, tal como a temos descrito anteriormente, não é totalmente alcançada, o espírito segue crendo ver os elementos separados e, então, a língua deixa de apresentar-lhe essa conformidade com as leis de sua própria atividade a que o espírito aspira.

O espírito percebe lacunas, esforça-se por preenchê-las: não enfrenta um número limitado de termos coerentes, mas sim uma multidão de termos mal formados e mal unidos: por conseguinte, não pode proceder com a mesma prontidão e idêntica comodidade, nem encontrar o mesmo prazer que lhe proporciona um trabalho singelo e cômodo de encadeamento de idéias particulares com outras mais gerais, através de uma língua cujas formas se ajustam a esse trabalho e estão conformes às leis que as regem.

Reduzindo a questão à sua última expressão, observamos que uma forma gramatical, ainda que não contenha mais elementos do que os que existem no símile que, por sua vez, jamais consegue substituí-la, sob o ponto de vista da ação exercida sobre o espírito, produz algo completamente distinto; essa diferença de ação provém de sua unidade, na qual refletem-se a potência e a natureza do pensamento que o criou.

Em qualquer linguagem que não tenha criado uma cultura gramatical semelhante, o espírito encontra reproduzido, de uma maneira defeituosa e

imperfeita, o sistema geral das relações que servem para vincular o discurso; e, precisamente, a condição indispensável para um trabalho fácil e feliz do pensamento é essa reprodução exata e completa. Não é necessário que o pensamento adquira uma consciência precisa desse sistema: é um fator do qual têm carecido numerosas nações, até as mais civilizadas. Basta que o espírito que, instintivamente e sem se dar conta, procede sempre segundo esse sistema, encontre na linguagem, para cada uma de suas partes, uma expressão correspondente e feita de tal maneira que lhe conduza naturalmente a captar a outra parte com acerto e precisão.

Do ponto de vista da reação da língua sobre o espírito, a verdadeira forma gramatical, inclusive quando não dirigimos intencionalmente a atenção sobre ela, produz e deixa a impressão de uma forma e, desse modo, favorece o desenvolvimento do pensamento abstrato. Efetivamente, como essa forma contém pura e simplesmente a expressão da relação, desprovida de qualquer elemento concreto que pudesse perturbar a compreensão; e como esta percebe na forma uma modificação da idéia primitiva contida na palavra, sente-se levada, necessariamente, a expressar a própria idéia da forma. Se, ao contrário, a forma não é pura, já não pode fazer o mesmo, porque não descobrirá com suficiente nitidez a idéia de relação, sentindo-se ainda distraída pela presença de idéias acessórias. Esses resultados fazem parte da linguagem mais ordinária dentro de todas as classes de uma nação. Quando a ação da língua é favorável, produz-se de um lado uma grande claridade e precisão nas idéias em geral e, por outro lado, produz-se nos espíritos uma notável disposição para conceber com maior facilidade aquilo que é puramente abstrato. Finalmente, faz parte da natureza do espírito que essa disposição, quando existente, vá se desenvolvendo sem interrupção; enquanto que, se a língua apresenta formas gramaticais impuras e defeituosas à compreensão, torna-se mais difícil subtrair esse obscurecimento do aspecto abstrato e formal do pensamento.

Do mesmo modo, apesar de tudo o que se diga sobre a faculdade que podem possuir as línguas cuja gramática é defeituosa para favorecer o desenvolvimento das idéias, continua sendo muito difícil conceber que uma nação, tomando como base, sem modificação, uma língua semelhante, possa elevar-se por si só a um alto grau de cultura científica. Efetivamente, o espírito não recebe da língua, nem a língua do espírito, o que ambos necessitam; e o primeiro fruto de sua recíproca ação, para que fosse saudável, teria que ser uma transformação da própria língua.

Assim estabelece-se, na medida em que isso é possível com objetos dessa natureza, as marcas que servem para distinguir as línguas bem feitas das que não o são, segundo a relação gramatical. Talvez nenhuma se caracterizará de fato por uma perfeita conformidade com as leis gerais da lingua-

gem, nenhuma estará uniformemente formada em seu conjunto e em todas as suas partes: do mesmo modo que entre aquelas que ocupam as escalas inferiores, encontraremos muitas que se aproximam em diversos graus a uma organização mais elevada. E, entretanto, a distinção em que nos baseamos para separar as línguas em duas classes bem diferenciadas não é puramente relativa, nem se limita a uma diferença de mais ou menos: é uma distinção verdadeiramente absoluta, já que a presença ou a ausência da forma como caráter dominante se manifesta sempre de maneira sensível.

Não se pode negar que as línguas que possuem formas gramaticais sejam as únicas perfeitamente adequadas para o desenvolvimento das idéias. O que se poderia, então, aproveitar das outras línguas tais como elas são? É isso que devem demonstrar a verificação e a experiência. Ao menos isto é seguro: essas línguas jamais se encontrarão em estado de atuar sobre o espírito no mesmo nível e da mesma maneira que as primeiras.

A língua chinesa nos proporciona o exemplo assombroso de uma literatura que floresce há já mil anos em uma língua quase completamente desprovida de gramática, no sentido ordinário da palavra. Sabemos que, precisamente no que se chama o velho estilo no qual foram compostos os escritos de Confúcio e de sua escola e que todavia ainda se emprega quase que geralmente nas grandes obras de história e filosofia, as relações gramaticais se fazem unicamente representadas pelo lugar que ocupam as palavras; ou ainda por palavras isoladas sem nexos algum: de maneira que o leitor freqüentemente é o encarregado de adivinhar, através do encadeamento das idéias, se tal ou tal palavra deve ser tomada como um substantivo, um adjetivo, um verbo, ou uma partícula⁴. O estilo dos Mandarins e o estilo literário têm tendido, é certo, a introduzir na língua um pouco mais de precisão gramatical, mas não lhe têm dado nenhuma forma verdadeira; enquanto a literatura antiga que acabamos de citar, a mais célebre dessa nação, é completamente estranha a esta manipulação mais moderna da língua.

Se a língua Copta foi a língua do antigo Egito, como Et. Quatremère⁵ tem tentado demonstrar com tanta sagacidade, tampouco devemos esquecer de mencionar aqui a elevada cultura que ao surgir alcançou essa nação. Porque, segundo a expressão de Sylvestre de Sacy⁶, o sistema gramatical da língua Copta é completamente sintético, ou seja, os signos gramaticais estão colados isoladamente e sem nenhum nexo por detrás ou adiante das palavras que designam os objetos. Nesse sentido, Sylvester de Sacy chega a comparar esse sistema ao chinês.

E, se é certo que dois povos entre os mais notáveis têm podido alcançar o grau de cultura intelectual a que chegaram com línguas totalmente ou quase totalmente desprovidas de formas gramaticais, não parece possível extrair desses fatos uma poderosa objeção contra a presente necessidade

dessas formas? Porém, em primeiro lugar, não está demonstrado que a literatura desses dois povos tenha possuído precisamente as qualidades que se desenvolveram por sobre todas essas propriedades gramaticais das línguas que estamos considerando. Indiscutivelmente, se uma grande riqueza e uma grande variedade de formas gramaticais, cômoda e nitidamente expressas, aumenta a rapidez e a força do pensamento, é nas obras de dialética e de arte oratória que esses méritos aparecem com maior resplendor: do mesmo modo, é na prosa ática que se desenvolvem com toda sua força e sutileza. Com respeito ao velho estilo chinês, os mesmos que emitem um juízo favorável sobre a literatura desse povo confessam, contrariamente, que, até o ponto daquele que o sucedeu, esse velho estilo é vago e entrecortado: para adaptar-se às necessidades da vida, precisou que se propusesse adquirir maior clareza, precisão e variedade. E isso seria realmente um testemunho a favor de nossa opinião. Da literatura do antigo Egito não se conhece nada; mas tudo o que sabemos dos costumes, da constituição, dos monumentos e da arte desse notável país indica muito mais uma civilização severa e puramente científica do que uma atividade do espírito espontânea e naturalmente inclinada às idéias puras. Finalmente, mesmo no caso de esses dois povos terem possuído precisamente as qualidades que, contrariamente e com todo o direito, devemos vacilar em lhes atribuir, não por isso as opiniões que acabamos de desenvolver saíram prejudicadas. Quando o espírito humano, favorecido pelo acontecimento de um conjunto de afortunadas circunstâncias, consegue aplicar todo o esforço de suas faculdades em um trabalho, qualquer instrumento obtém bons resultados para alcançar seu objetivo, ainda que o caminho que o leve a isso seja mais penoso e mais longo. Mas, não é porque foi vencida que a dificuldade deixa de existir. Se as línguas que não possuem formas gramaticais ou aquelas que, tendo-as, são muito imperfeitas, exercem sobre a atividade intelectual uma influência que, ao invés de acompanhá-la, a perturba e a incomoda; é o que se depreende, creio tê-lo demonstrado, da própria natureza do pensamento e da palavra. Na realidade, podem existir influências contrárias que atenuem ou destruam as más influências daquelas. Mas nas especulações científicas, se queremos chegar a precisas conclusões, é necessário que se aprecie cada influência em si mesma, como um momento isolado, assim como se não pudesse ou não devesse ser contrariada por nenhuma outra influência estranha: esse é o método que temos aplicado aqui para o estudo das formas gramaticais.

Em relação a saber em que medida as línguas americanas podem alcançar uma cultura elevada, a simples experiência não bastaria para sabermos. Os escritos indígenas compostos na língua mexicana que possuímos⁷ datam somente do tempo da conquista e, por conseguinte, trazem já os traços de uma influência estrangeira. É uma lástima que na Europa não se conheça nenhuma.

Nessa parte do mundo, anteriormente à conquista, não existia nenhum modo de representação das idéias através da escrita. Esse fato poderia já ser considerado como uma mostra de que não se havia erigido nenhum povo dotado de uma potência de espírito superior e suficiente para chegar, forçando os obstáculos, à invenção do alfabeto. É certo que essa invenção deve ter-se produzido somente num reduzido número de vezes, já que a maioria dos alfabetos surgiram, uns dos outros, por via de transmissão.

Entre as línguas conhecidas por nós, o sânscrito é a mais antiga e a primeira a colocar um sistema de autênticas formas gramaticais e o fez com uma organização tão excelente e completa que, sob esse aspecto, nada de novo se tem produzido até o momento. Ao seu lado, situam-se as línguas semíticas; mas, incontestavelmente, é a língua grega a que tem alcançado em sua estrutura um maior grau de perfeição. Assim sendo, como classificar essas línguas diversas, uma com relação à outra, sob as diferentes relações aqui consideradas? A que novos fenômenos tem dado lugar o nascimento de nossos idiomas modernos, surgidos das línguas clássicas? São perguntas que ofereceriam abundante material de investigação mais ampla, mais delicada e mais difícil.

Tradução: Claudia Castellanos Pfeiffer - Labeurb-Nudecri/UNICAMP

Notas

¹ Do artigo "Sobre el origen de las formas gramaticales y sobre su influencia en el desarrollo de las ideas" In Cuadernos ANAGRAMA, Serie Lingüística.

² Ed. de Naulus, pág. 202, nt. 77; pág. 204, nt. 83.

³ A língua huasteca possui efetivamente, como a maioria das línguas americanas, várias formas de pronome, segundo os pronomes sejam independentes, rejam o verbo, ou façam parte de sua regência: *nin* somente é usado neste último caso. A sílaba *ta* indica que o objeto é expresso pelo verbo; mas só se coloca adiante quando o objeto está em 1ª ou em 2ª pessoa. Esta maneira de designar o objeto com o verbo é muito digna de atenção na língua huasteca.

⁴ *Grammaire chinoise*, por M. Abel Rémusat, pgs. 35, 37.

⁵ *Recherches critiques et historiques sur la langue et la littérature de l'Égypte*.

⁶ *No Magasin Encyclopedique de Millin*, t.IV, 1808, pág. 255, no qual se desenvolvem idéias tão novas como geniais sobre a formação gramatical das línguas, no que diz respeito à escrita hieroglífica e a escrita alfabética.

⁷ A. Humboldt: *Essai politique sur le royaume de la Nouvelle Espagne*, pág. 93.

_____ : *Vues des Cordillères, et Monuments des peuples de l'Amérique*, pág. 126.

* N.T. O autor usa *gênio* no sentido de espírito da nação, sua identidade. Decidimos manter essa forma lexical, que será mencionada sempre em itálico.

** N.T. É impossível não chamar atenção para essa designação que nomeia, no começo do século XIX, uma língua indígena do Brasil de 'língua brasileira'. Processo enunciativo que ocorre também com referência à 'língua mexicana' um pouco mais abaixo.